3.3 RICARDO PRADAS

ENTREVISTA COM O SUBPREFEITO DA LAPA, RICARDO PRADAS

RICARDO AIRUT PRADAS

Arquiteto formado pela FAU-USP. Iniciou sua carreira profissional em 1992 em um escritório de arquitetura. Em 1995 ingressou na Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) como analista de trânsito. Ao longo dos anos passou por diversos cargos como gestor de trânsito trabalhando em projetos de análise de polos geradores, de sinalização e de circulação viária. Em janeiro de 2013 assumiu como Subprefeito da Lapa.

Revista LABVERDE: Na gestão municipal anterior, grande parte dos subprefeitos nomeados eram ligados à área de segurança pública. Na atual há muitos engenheiro e alguns arquitetos. Na opinião do subprefeito, o que esta mudança significa na gestão dos bairros?

Ricardo Pradas: Acho que o mais importante é abertura para que a população ajude a definir para onde vai o dinheiro do orçamento, que é muito apertado. Na gestão anterior era mais forte a questão da fiscalização, nesta gestão a questão de zeladoria e desenvolvimento urbano passou a ser uma questão muito mais tranquila para todos os subprefeitos. Temos mais facilidade para discutir uma operação urbana, como a Água Branca, mas essencialmente a diferença está em abordar, com mais naturalidade, a questão urbana em uma escala maior. Não que a gestão anterior não tivesse capacidade para isso, mas agora existe uma formação natural dos subprefeitos neste sentido.

LV: Estamos num momento importante de discussão e reformulação do Plano Diretor do Município de São Paulo. Qual a sua mais importante reivindicação?

RP: Há um equívoco na avaliação de algumas situações, onde o comércio tende a florescer em ruas que foram computadas como vias locais. Mesmo que estejam em

zonas mistas não se permite lá uma série de usos. Assim, algumas ruas definidas como locais poderiam ser redefinidas como coletoras para permitir um tipo de uso que melhore o comércio local. Isso é primordial para a cidade. Quanto mais forte for o comércio local maior a contribuição para mobilidade, pois evita que se tenha que sair do bairro para muitas das necessidades do dia a dia. Há muitos locais onde o zoneamento e a classificação viária torna isso inviável.

O problema da mobilidade não é só uma questão do transporte. Se cada distrito tivesse maior autonomia para se desenvolver, se o morador não precisasse sair do seu bairro para trabalhar e fazer suas compras do dia a dia, seria um grande avanço.

LV: Na discussão do Plano Diretor, a falta de articulação entre o PD com a Política Municipal de Mudanças Climáticas foi uma pauta importante levantada por ambientalistas. Com muita insistência parece que a questão avança a passos lentos. Na sua opinião porque ainda é tão difícil no Brasil avançar numa questão tão séria?

RP: O Plano Diretor tem como diretriz a proteção dos mananciais, do cinturão verde e das bacias hidrográficas. Não é possível manter a proposta de desenvolvimento ambiental do Plano Diretor com essa atual falta de controle da ocupação. Acho esse o maior desafio: ter sistemas de controle da ocupação.

Uma questão está melhorando, mas ainda falta engenharia econômica para viabilizar em larga escala. É o que ocorreu em Seul, onde foi feito um parque linear onde havia um rio canalizado no meio da cidade. Com os recursos hídricos da cidade de São Paulo daria para ter um parque linear a cada dois quilômetros. Tem muita gente lutando para que isso aconteça.

Parece mais barato canalizar córrego, mas é uma solução superada. Se pensarmos na questão dos espaços verdes, na pegada de carbono, não há opção a não ser trocar o modelo. Esta questão ainda não é tratada abertamente. Quando falamos em pegada de carbono, só uma parcela das pessoas, as que se interessam pelo assunto, sabem o que significa. Muitas outras ainda não entendem. Então é um conceito que deveria ficar claro para todo mundo. Quando se propõe uma solução deveríamos saber qual o tamanho da pegada de carbono. É uma medida que deveria entrar na conta, e isso ainda não acontece.

Temos um ônus a pagar como o aumento de áreas alagáveis e a gente está construindo cidade em áreas naturalmente alagáveis. A insanidade é continuar ocupando

desta maneira. É necessário ocupar pensando nesta variável, criando soluções como calçadas verdes para acomodar a água de chuva que depois é absorvida pelo solo, e outras soluções para minimizar o impacto. O custo da enchente é grande.

LV: A grande liberdade que as políticas públicas tem dado ao mercado imobiliário resulta em empreendimentos que além de desfigurarem o desenho tradicional dos bairros tem gerando impactos ambientais e a substituição dos moradores pelo nível de renda. O Sr. acha possível conciliar o mercado imobiliário com propostas de bairros mais sustentáveis?

RP: Acho que há um esforço do secretário de desenvolvimento urbano, Fernando de Mello Franco e de sua equipe em relação a isto.

Temos exemplos onde o conflito entre o modelo de desenvolvimento imobiliário e a população foi brutal. Por exemplo, na Vila Leopoldina, em uma quadra de mais de dez mil metros quadrados, onde havia uma caixaria que fazia caixas para o CEA-GESP, tem hoje quatro torres residenciais com todos os aqueles serviços privados que estes empreendimentos oferecem. As pessoas que compraram um apartamento neste empreendimento, por algum motivo não perceberam que logo ao lado havia pessoas morando na rua em situação de risco e vulnerabilidade. Talvez faltou a eles um olhar para este entorno, e na hora que mudaram, gerou-se um incômodo e uma sensação de insegurança.

Esta situação social que é um problema de todos. Deveríamos tentar resgatar a dignidade destas pessoas, sem a violação de nenhum direito constitucional, mas as pessoas acabam entrando em conflito com isso.

Um empreendimento deste tamanho onde há duas entradas de garagem e por uma questão de segurança os muros são altos e com mais de 100 m, cria-se um espaço propício para se fazer de tudo. Desde vender CD até montar uma barraca. Cria-se condições para a pessoa ficar parada ali... e não tem movimentação, e isto destrói a vida do bairro.

A cidade precisa sair do modelo de forte apacismo com todos os serviços, de onde eu pego o meu carro vou até o shopping center ou o mercado. O Bairro ideal é aquele onde você pode sair a pé para comprar pão ou ir até uma praça. Quando você joga a praça e alguns serviços para dentro do condomínio você perde a vida de comunidade, você não tem soluções conjuntas com o bairro, só tem solução para aquele empreendimento, e isso é ruim para a cidade.

LV: No bairro da Pompéia, tem surgido de forma bastante intensa e ativa, grupos de moradores que se unem para reivindicar maior participação nas decisões urbanísticas, se colocando muitas vezes em oposição a estas transformações. Trata-se de um movimento que abrange outras áreas da cidade, como Pinheiros, Vila Romana, Lapa, Butantã... Como o Sr. vê este fenômeno?

RP: Isto ajuda a gente direcionar o orçamento de uma maneira que atenda a sociedade civil como um todo, porque não basta ao poder público atender só o dia a dia de zeladoria, como tapar buraco, cortar grama, podar árvore, arrumar calçada, isto só é uma parte. O gestor público não pode ser o dono da verdade, tem que ouvir a população.

A gente tem feito diversas reuniões, como com o movimento A Pompéia que se Quer. Eles chegaram num plano de bairro que é um apanhado de tudo o que eles querem que aconteça, não só no desenvolvimento urbano, mas na ocupação do território.

Acho também fantástica a proposta do Movimento boa Praça, de ocupar as praças convivendo no espaço. As pessoas estão muito voltadas para este modelo de se ficar dentro do condomínio. É importante tomar posse da cidade. Se a comunidade não toma posse da cidade ela fica entregue a quem quer fazer um uso não comunitário dela, como queiram entender isso. E isso é ruim para a cidade, gera insegurança, e cada vez mais as pessoas vão se recolhendo.

LV: O movimento Ocupe & Abrace está reivindicando a requalificação da principal área de nascentes do Córrego Água Preta, a Praça Homero Silva (rebatizada por eles como Praça da Nascente). A requalificação da praça tem um grande potencial, simbólico e ecológico, para ser o primeiro passo de uma proposta mais ambiciosa: o desenvolvimento uma rede inédita de infraestrutura verde que contribua com o controle de enchentes e despoluição das águas, além de outros benefícios socioambientais. Na atual conjuntura política e econômica seria possível um projeto um projeto tão inovador?

RP: Já tivemos algumas reuniões como o Ocupe & Abrace. É um movimento que tem uma série de ações para esta praça, um lugar que as pessoas tinham medo de frequentar. Eles estão caminhando um pouco como caminha o movimento Boa Praça, tentando viabilizar um projeto com o apoio de um laboratório da FAU-USP.

É possível se fazer uma série de composições, e aí entra o poder público tentando viabilizar uma coisa que a sociedade civil demanda. Estamos falando do córrego, desde a nascente até chegar no rio Tietê. São mais de dois quilômetros de rio. Ao longo do

trajeto a cidade está consolidada e em mudança. Isto é, tem habitação unifamiliar ou estão construindo prédios.

Surge então a discussão de onde é possível isso acontecer de onde houve edificação em área não edificante. O resgate destas áreas é um processo longo, mas não impossível. O que não se pode dizer é que, por não ser uma solução rápida, devemos abrir mão. É a luta por um novo paradigma para a cidade: conseguir desconstruir o que não deveria ser construído.

É certo de que há diversos direitos adquiridos de todos os lados, mas a discussão é necessária. Se há situações onde não é mais possível, demonstra a necessidade de se tomar decisões antes que se chegue a este ponto. Precisamos fazer estes parques lineares, trazer a ocupação de uma maneira mais sustentável que o modelo que a gente tem visto por aí.

Tanto o movimento Ocupe & Abrace como os diversos movimentos de ocupação de espaços públicos, tem o total apoio da gente. Queremos que estas ações sejam possíveis e sustentadas democraticamente, inclusive para que as pessoas se sintam motivadas a sair de casa e participar. O que é mais legal é que é uma ação de fora para dentro do poder público. É bom para a segurança, e para a sustentabilidade.